

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - DLSS



OUTRA ECONOMIA
É NECESSÁRIA E
URGENTE

MINAS GERAIS

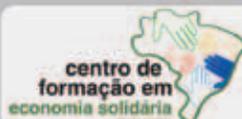


DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - DLSS

OUTRA ECONOMIA
É NECESSÁRIA E
URGENTE

Belo Horizonte, 2012

MINAS GERAIS



Expediente

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Daudt Brizola

Secretário Executivo

Paulo Roberto dos Santos Pinto

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Secretário Nacional de Economia Solidária

Paul Israel Singer

Secretário Adjunto

Roberto Marinho Alves da Silva

Chefe de Gabinete

Daniela Gomes Metello

Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação

Valmor Schiochet

Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária

Manoel Vital de Carvalho Filho

Coordenadora Geral de Promoção e Divulgação

Regilane Fernandes da Silva

Coordenador Geral de Comércio Justo e Solidário

Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça

Coordenador Geral de Fomento à Economia Solidária

Ary Moraes Pereira

União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE
Instituto Marista de Solidariedade – IMS

Diretor-Presidente

Wellington Mousinho de Medeiros

Diretor Vice-Presidente

José Wagner Rodrigues da Cruz

Diretor-Secretário

Ataide José de Lima

Diretor-Tesoureiro

José Augusto Alves

Diretores Conselheiros

Adalberto Batista Amaral

Ataide José de Lima

Renato Augusto da Silva

Superintendente de Organismos Provinciais

Humberto Lima Gondim

Superintendente de Operações Centrais

Artur Nappo Dalla Libera

Superintendente Socioeducacional

Dilma Alves Rodrigues

Gerente Social

Cláudia Laureth Faquinote

Coordenação IMS

Shirlei A. A. Silva

Equipe responsável pela execução do CEFES-SE

Carmen Regina Teixeira Gonçalves

Ellen Cristina de Paula Vidal

Fabiana Teixeira Eustáquio Azeredo dos Santos

Rizoneide Souza Amorim

Roseny de Almeida

Sérgio Augusto de Rezende

Wilson Roberto Fernandes



Agradecimento

Para o Instituto Marista de Solidariedade – IMS, agradecer à Economia Solidária mineira é pensar em si mesmo, retomar as nossas origens e afirmar que o IMS é mineiro e com muito orgulho, uai!

Então, é com emoção que nós do IMS expressamos a nossa eterna gratidão a cada militante trabalhadora e trabalhador que constrói o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, parceiras(os) no sonho e realização de diversas ações em prol da Economia Solidária desenvolvidas em Minas Gerais.

Parece que foi ontem, mas já faz mais de uma década que nos reuníamos nas prosas calorosas e frutíferas, cheias de sonhos e possibilidades, nos grupos de discussão em torno do tema da formação em Economia Solidária, partilhávamos metodologias participativas para conhecer a realidade das Minas Gerais e a, partir dela, planejar coletivamente a ação local. Foram momentos de muita partilha entre diferentes organizações e militantes da Economia Solidária e demais movimentos sociais.

Esses momentos de partilha e construção coletiva não estão esquecidos, estão vivos e se fortaleceram na implementação e execução do projeto Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste – CFES/SE.

Nossa gratidão às regionais do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e às dezenas de fóruns municipais de Economia Solidária pela colaboração e envolvimento nas atividades do CFES/SE.

Nossos agradecimentos a todas educadoras e a todos educadores de Economia Solidária das Minas Gerais que acreditam e exercitam um novo jeito de educar e partilhar conhecimentos, sabores e saberes, partilhar a vida.

Rizoneide Souza Amorim
Analista de Referência

Shirlei A. A. Silva
Coordenadora IMS

Wilson Roberto Fernandes
Coordenador CFES/SE

Introdução

Em todas as nossas experiências, ao longo da vida, produzimos saberes, “saberes de experiência feitos”, como nos disse Paulo Freire. Quer dizer, saberes que se constroem a partir da necessidade cotidiana de nossas relações individuais e coletivas imediatas, saberes que adquirimos a partir da nossa intervenção no mundo, que se consolidam em nossas práticas e geram novos saberes. Isso acontece o tempo todo, mas como ocorre de modo não intencional, raramente notamos... Por isso, para entendermos como esses “saberes de experiência feitos” se constituem, precisamos reconhecer, do modo mais completo possível, como as nossas ações, que constroem esses saberes no dia a dia, acontecem.

A metodologia da “Sistematização de Experiências” foi pensada com essa intenção de nos ajudar a refletir sobre como nossas experiências produzem conhecimentos. Assim, a partir do registro de práticas e memórias, podemos sistematizar nossas ações cotidianas, os acontecimentos nos quais participamos, os processos nos quais nos envolvemos, organizando esses conhecimentos de forma reflexiva, contribuindo para que possamos utilizá-los em outros momentos.

Nesse sentido, “Sistematizar Experiências” é um processo que nos mobiliza, que exige um envolvimento. Nesse tipo de sistematização, precisamos descrever, reconstruir, interrogar e interpretar a experiência que tivemos, mas, principalmente, precisamos aprender com ela. Ao longo desse percurso, podemos chegar a conclusões sobre a experiência vivida que serão a base de nossas futuras ações. Podemos tomar distância crítica do que vivemos e dar outros significados aos acontecimentos, descobrir mais do que foi vivido e ampliar a nossa percepção sobre os fatos.

A prática da “Sistematização de Experiências” precisa ser incorporada ao nosso cotidiano para que possa ser feita de maneira contínua, recorrente. Caso contrário, ela perde o seu sentido mais transformador, que é o de gerar aprendizagem sobre as nossas ações. Por isso, ela não pode se dar de forma pontual, isolada. Para fazer sentido, o primeiro passo é adquirir o hábito de refletir e assim registrar as nossas vivências. Isso demanda de nós a abertura para rever nossos conceitos, transformar as atitudes, e compreender que a vida está em constante movimento.

Visando tornar isso uma realidade na vida das pessoas e dos movimentos que participam do projeto CFES-SE, no período de 2008 a 2012, foram desenvolvidas várias atividades de caráter formativo focando o tema da “Sistematização de Experiências,” compreendendo que essa metodologia, devidamente apropriada pelos grupos, se torna uma ferramenta fundamental dos movimentos sociais para repensar os caminhos de forma muito mais qualificada, ou simplesmente mudar as estratégias para conquistar o nosso lugar nesta sociedade desigual.

Assim, a série de quatro publicações – uma de cada estado da Região Sudeste – tem como objetivo socializar produtos construídos pelos educadores e educadoras no contexto de apropriação de metodologias de “Sistematização de Experiências”. Durante esse processo, o desafio de se apropriar da metodologia foi assumido pelos coletivos estaduais, que deveriam escolher e sistematizar uma experiência vivenciada. Mas o processo não foi linear, os coletivos estaduais passaram por várias reflexões até chegarem ao consenso do que fazia sentido sistematizar e como operacionalizar a sistematização.

Entendendo que os caminhos são múltiplos, os quatro textos publicados, embora sobre temáticas diversas, foram produzidos no contexto de formação e de experimentação sobre o uso de metodologias de Sistematização de Experiências.

O texto **“O Cordel”** é um dos resultados produzidos no contexto de implementação do Plano de Sistematização do Estado do Espírito Santo. Este tinha como objetivo analisar o processo de reestruturação do Fórum de Economia Solidária, mas foi sofrendo alterações com o tempo. No entanto, ao longo desse tempo as pessoas envolvidas com a formação acumularam muitos aprendizados, novas metodologias utilizadas por outros parceiros e ferramentas de sistematização.

O texto **“Autogestão em Rede – Os Educadores e as educadoras da Economia Solidária no Estado de São Paulo”** é o registro do processo de sistematização implementado naquele estado cujo objetivo foi refletir e explicitar as contribuições do processo de formação na construção da rede de formadores e formadoras de Economia Solidária, mas o plano inicial previa a sistematização da experiência de um grupo de artesanato da Praça da República, o que se mostrou inviável. Por isso, o grupo decidiu que a melhor estratégia seria sistematizar os próprios cursos estaduais previstos no projeto CFES no estado de São Paulo, garantindo espaço dentro da programação dos cursos para que o grupo de sistematização se reunisse e apresentasse para o restante do coletivo de formação suas decisões e resultados dessa construção.

O texto **“Passos trilhados no Rio de Janeiro – Exercício de Sistematização do FCP/RJ”** conta o processo vivenciado pelo Coletivo Fluminense na implementação de seu plano de sistematização que tinha como foco resgatar a história de caminhada do Fórum de Cooperativismo Popular (FCP).

O texto que está em suas mãos, **“Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário – DLSS: Outra economia é necessária e urgente!”** teve sua produção coordenada pelo Fórum Mineiro de Economia Solidária.

No caso do estado de Minas Gerais, o Plano de Sistematização objetivava analisar as práticas educativas do CFES – Sudeste, resgatando seus aspectos metodológicos para perceber as mudanças ocorridas na ação e reflexão dos formadores e das formadoras, oriundos dos três segmentos que compõem a Economia Solidária (empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de apoio e fomento), no âmbito do Fórum Mineiro de Economia Solidária, mas o Plano de Sistematização não foi executado. Por outro lado, estava em curso um interessante processo de produção coletiva que, tendo acontecido concomitantemente ao processo de formação em Sistematização de Experiências e tendo agregado as mesmas pessoas nos dois processos, foi sendo influenciado pelas aprendizagens que ocorriam tanto num quando noutro. E o resultado desse processo é o texto que apresentamos nesta publicação.

Este texto começa a ser produzido a partir da iniciativa de um militante do Fórum Mineiro de Economia Solidária, "Luizinho" – Luiz Carlos de Oliveira. O que inicialmente era uma iniciativa individual ganha força e passa a ser uma produção coletiva com a incorporação de vários militantes para produção de uma primeira versão e, posteriormente, passa a ser objeto de debate nas dez regionais do Fórum Mineiro de Economia Solidária.

O grande desafio era como financiar encontros estaduais com pelo menos a coordenação do Fórum Mineiro para avançar na produção do texto e do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário. Assim, alguns militantes elaboraram um projeto para o Fundo Nacional de Solidariedade. Esse projeto foi aprovado, o que garantiu dois encontros estaduais.

O planejamento seguiu os seguintes passos:

- Convite aos militantes para elaboração de um documento sobre DLSS a partir da primeira versão elaborada por um militante.

- Leituras sobre o tema e apresentação de sugestões para a primeira versão do texto.
- Nova adequação do documento a partir das sugestões.
- 1º Seminário Estadual com coordenação do fórum mineiro para aprofundar o tema e construir consensos sobre a proposta de elaboração de um Plano de DLSS e alterar documento base.
- Discussão do texto base nas 10 microrregiões de Minas Gerais (sem financiamento do projeto) e elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável Solidário no âmbito da comunidade/território escolhido pela regional do Fórum Mineiro.
- 2º Seminário Estadual com coordenação do fórum mineiro para socialização das discussões nas regionais.

Vale lembrar que, embora o trabalho executado por Minas Gerais não siga as orientações metodológicas de sistematização pautadas nas formações promovidas pelo CFES-SE, expressa um importante processo de produção coletiva de conhecimento.

O que procuramos registrar nessas publicações são marcas de uma caminhada que não se iniciou nem terminou com mais esse passo. Olhando para todo o processo, é possível afirmar que conseguimos alcançar o objetivo de pensarmos sobre nossas experiências procurando aprender com elas. Assim, realizar as sistematizações propostas, com todos os atropelos e potencialidades que encontramos na Região Sudeste foi um processo novo para os militantes de Economia Solidária. Estamos agora começando novos tempos. Após reconhecido o terreno, é hora de avançar na organização da Rede de Educadores e Educadoras. Esses temas, claro, continuarão presentes, mas em outro patamar: com um grupo de pessoas compreendendo o significado de cada uma dessas estratégias, será mais fácil, assim, seguir em frente, rumo ao projeto de construção de uma nova sociedade, justa e igualitária.



Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário - DLSS Outra economia é necessária e urgente

Na concepção predominante, desenvolvimento é compreendido como o aumento da produtividade global, ou seja, tem se resumido ao crescimento econômico como resultado de investimentos realizados por capitais privados ou públicos em determinados países ou regiões. Mas esse não é o modelo que pretendemos, pois o predomínio do capital financeiro que subordina os investimentos produtivos reduz a capacidade do sistema em gerar novos postos de trabalho, agravando a questão social com a precarização das relações de trabalho e o aumento do desemprego.

Essa concepção capitalista de desenvolvimento considera somente seu aspecto econômico-quantitativo, sem considerar seu aspecto distributivo, favorecendo a concentração do capital, gerando as desigualdades sociais e territoriais, a degradação ambiental e a desvalorização das culturas locais.

O atual modelo de desenvolvimento dentro do sistema capitalista leva em consideração a produção de bens de consumo, duráveis ou não, centralizadas nos grandes centros industriais, como o ABC paulista. A distribuição e comercialização desses bens é feita por grandes atacadistas e comercializada em todos os centros urbanos por grandes redes de supermercados. Durante todos os dias, somos bombardeados por milhares de propagandas que nos induzem a comprar bens completamente desnecessários a uma melhor qualidade de vida.

Os caminhos atuais da produção, distribuição, beneficiamento, comercialização e consumo apresentam as seguintes características:

- 1. As matérias-primas saem dos pequenos municípios.*
- 2. São transportadas até os grandes centros, onde são beneficiadas, industrializadas por trabalhadores(as) assalariados(as), deixando para trás fome, miséria, pobreza e desemprego.*
- 3. Chegam nos grandes centros e são transformadas em mercadorias que são novamente transportadas para os municípios pequenos.*
- 4. Como boa parte dos seus habitantes não têm a mercadoria "dinheiro," continuam na fome, na pobreza e na miséria.*

A mais recente crise internacional do sistema capitalista iniciada em 2008 levou-nos a repensar o nosso modo de consumo, pois escancarou o problema ambiental vivido pelo planeta, mas ainda não tivemos condições de enfrentar de maneira objetiva a proposta de políticas públicas e, claro, as iniciativas dos diversos governos que, para enfrentar a crise, sugerem o consumo como forma de sairmos dela.

Nos pequenos e médios municípios, temos mais facilidades para implementar efetivamente o nosso modelo de desenvolvimento local sustentável e solidário, criando condições locais para a erradicação da pobreza, o respeito ao meio ambiente na produção, utilizando somente recursos naturais renováveis e reciclando e reaproveitando matérias.

Portanto, é necessário estruturar o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário – PDLSS, capaz de propor respostas aos problemas locais/territoriais. Para isso o FMEPS – FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA apresenta o presente texto, que é resultado da participação de representantes dos três segmentos que compõem o Movimento de Economia Solidária no Estado de Minas Gerais e tem a pretensão de ser um orientador para a construção de estratégias de atuação nas comunidades e territórios em municípios com até cinco mil habitantes (em Minas são 241 municípios).



1- Fundamentos da Economia Solidária e do Trabalho Emancipado

Conforme deliberação da I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em 2006, os fundamentos da Economia Solidária devem ser os seguintes:

“1. A Economia Popular Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, em vez da acumulação privada do capital. Essa prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

2. A Economia Popular Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.

3. A Economia Popular Solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento. Igualmente, há associações,

cooperativas e grupos informais de consumidores, pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado (cada qual em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos deles.

4. Dentro do modo de organizar a produção, é fundamental o acesso irrestrito a todos os tipos de informação, não só no aspecto financeiro, de custos e valor dos produtos e/ou serviços, como em todo o conjunto de informações relativas ao processo de trabalho (matéria-prima, equipamentos, nível de desempenho de cada um, negociação com consumidores, etc.). Na Economia Popular Solidária, as informações do empreendimento devem ser democratizadas a todos, através de espaços comuns de discussão. Mas disponibilizar a informação não é suficiente. É importante o incentivo ao envolvimento de todos em todas as questões, criando estratégias para superação de resistências, respeitando as escolhas e a individualidade de cada um.

5. As iniciativas de Economia Popular Solidária têm em comum a igualdade de direitos, de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho.

6. As manifestações da Economia Popular Solidária são diversas, entre as quais destacam-se: coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental); organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias e mercados de trocas

solidárias com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (5) (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas, etc.); cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração.

7. A Economia Popular Solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações socioeconômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital."



Segundo a IV plenária do FBES, realizada em 2008, compreende-se por **trabalho emancipado**:

- 1. "O trabalho exercido por livre opção, de acordo com o gosto ou aptidões do trabalhador, e não forçado pelo maior valor de mercado a ser obtido;*
- 2. o trabalho cujo produto seja de propriedade do trabalhador, individual ou coletivamente, e não alienado pelo capital;*
- 3. o trabalho como exercício de construção do sujeito, de desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais, culturais e sociais, e não embrutecedor, transformador do ser humano em máquina;*
- 4. o trabalho que possibilita a realização pessoal do trabalhador, seja pelo reconhecimento de seus pares, seja pela satisfação do bom uso de quem o recebeu, e não individualizado e desvinculado do destino final do produto;*
- 5. o trabalho que é viabilizado pela redução crescente do trabalho necessário, pela democratização dos ganhos da produtividade e pela maximização do tempo disponível para o desenvolvimento dos potenciais individuais e coletivos superiores do ser humano (físicos, mentais e espirituais);*
- 6. o trabalho que possibilita a realização de todos os trabalhos que precisam ser feitos para reconstrução da vida e não a fabricação desenfreada de mercadorias para a comercialização, ameaçando o trabalho;*
- 7. o trabalho como fonte geradora de conhecimento é fundamental;*
- 8. o trabalho que pressupõe o fim do trabalho subordinado ao capital e a implantação da autogestão;*
- 9. o trabalho que pressupõe o fim da alienação do trabalho e apropriação da produção por quem a gera;*
- 10. o trabalho que considera tanto a esfera produtiva quanto a reprodutiva, sob pena de excluir parcela ativa responsável pelo cuidado das pessoas."*

Temos a necessidade de repensar o atual modelo de desenvolvimento predatório, antiplaneta e antissolidário. Para tanto, estamos no trabalho de resgatar os princípios gerais do desenvolvimento local sustentável, não com o que prega a Eco-92, **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, pois essa formulação não abre mão do modelo de desenvolvimento baseado na exploração do homem pelo homem, não abre mão da produção coletiva e da apropriação privada, não abre mão do atual modelo de consumo, portanto não deve ser a nossa referência ao discutirmos desenvolvimento local. A nossa referência deve ser o acúmulo do movimento de Economia Popular Solidária no País, considerando as deliberações do Movimento de Economia Solidária e os diversos segmentos da sociedade civil.

2 – Outro Modelo de Desenvolvimento

Mas o modelo de desenvolvimento tendo como matriz o capitalismo, não é o único desenvolvimento possível. Existem outras concepções de desenvolvimento que consideram a centralidade da pessoa humana (e não o lucro), a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas. A Economia Popular Solidária considera o desenvolvimento econômico e tecnológico não como fim, mas como meio de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões.

Hoje, no Brasil, há comunidades em situação de vulnerabilidade que se mobilizam para colocar em marcha um outro desenvolvimento promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de produtores e produtoras familiares, redes, cadeias produtivas e grupos informais. Podemos chamar esse outro desenvolvimento de comunitário ou solidário, porque dele participam todos e seus resultados econômicos, políticos e culturais são

compartilhados com respeito à diversidade de raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa.

É nesse sentido que a Economia Popular Solidária é uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo, solidário e justo, como podemos verificar no debate ocorrido na IV Plenária.

Mosaicos da IV Plenária do Fórum Brasileiro Economia Solidária, realizada em 2008:

1. "Não existe desenvolvimento sem políticas públicas que assegurem marco legal e finanças solidárias adequadas, sem terras para agricultura familiar e sem valorização do outro.

2. Queremos um desenvolvimento que considere a solidariedade, a produção democrática, o respeito pelo ser humano e ao meio ambiente e que as decisões venham das bases.

3. Queremos um modelo de desenvolvimento centrado na propriedade coletiva, no respeito às diversidades regionais e na preservação da natureza.

4. A Economia Solidária oferece, através dos processos autogestionários, possibilidades de uma reeducação, construindo uma nova consciência de consumo solidário e ofertando a sustentabilidade econômica, social e ambiental com controle social coletivo.

5. Nosso desenvolvimento tem como prioridade construir a Economia Solidária como força econômica, baseada na apropriação coletiva, na autogestão, na sustentabilidade e na radicalização o democrática.

6. Queremos um desenvolvimento social, econômico e político que garanta a igualdade de gênero, o empoderamento das pessoas, o acesso ao conhecimento produzido culturalmente e a apropriação de tecnologias adequadas às realidades dos empreendimentos.

7. Queremos um país com as riquezas distribuídas e com a biodiversidade preservada, garantindo vida digna para todas e todos!"

O desenvolvimento que queremos deve significar a criação de condições para que cada pessoa possa desenvolver e expressar suas capacidades, possibilidades, fazeres, saberes e sentidos. Isso exige reinventar os processos de trabalho e as relações de troca na economia, de maneira que essas novas relações sejam conduzidas pela prática cotidiana e permanente do associativismo e que proporcionem o exercício da autogestão.

É fundamental que a nossa atuação seja para o desenvolvimento local com atuação junto aos pequenos e médios municípios, como também nos grandes centros urbanos, atuando em comunidades que estão em situação de vulnerabilidade em todas as dimensões.

Precisamos nos articular com outros movimentos sociais para juntos construirmos uma nova sociedade baseada na Economia Popular Solidária e com outros modelos de desenvolvimento.

Os pontos de partida para a implantação do modelo de desenvolvimento sustentável e solidário são a matéria-prima e a maneira de retirá-la da natureza.

Outro viés muito importante é o descarte daquilo que não nos serve mais. Os produtos que iriam para o lixo devem ser reaproveitados ou reciclados dentro de um ciclo produtivo.

Podemos tomar como exemplo o vidro. Ele pode ser reciclado: após ser triturado, volta a ser matéria-prima e será reutilizado ou reaproveitado quando transformamos garrafas em copos, jarras, lustres, luminárias e abajures ou outras soluções criativas e práticas, bem diferentes de sua finalidade inicial.

Pensar em ciclos produtivos significa:

1. Analisar as potencialidades para produção de matéria-prima específica do lugar.
2. Desenvolver produtos a partir da matéria-prima, bem como uma forma de reciclá-la.
3. A agricultura e a pecuária, mesmo no ambiente familiar, têm papel importante na sustentação desse modelo de desenvolvimento.

Um exemplo é ter em uma determinada comunidade a possibilidade de desenvolver um tipo de cipó. Com essa matéria-prima, é possível desenvolver produtos a partir da técnica da cestaria. Teremos então: um grupo que planta, um grupo que faz a colheita, quem processa, outro que desenvolve os produtos, outro que confecciona e outro que comercializa. Como a fibra é de origem vegetal, quando descartada poderá ser reaproveitada para outra peça ou transformada em adubo e até mesmo como matéria-prima na indústria da construção civil.

Se fizermos isso em escala ampla, analisando todas as possibilidades de reciclagem e reaproveitamento dos produtos, teremos desenvolvimento sustentável.

Outro fator fundamental é a qualidade do que se produz, o que determina sua inserção e permanência no mercado.

Para esse modelo de desenvolvimento, qualidade é filosofia, e não um componente a mais. Ela deve estar presente em todas as etapas: na escolha da atividade econômica, considerando o meio em que se vive, e na forma de produção e condução dessa atividade.

Também é preciso levar em conta os conceitos de permacultura (1), ecoprodutos (2) e a construção de modelos circulares na produção de bens necessários ao bem viver de todas, e todos.

3 - Plano de Desenvolvimento Local, Sustentável e Solidário

Pensar o desenvolvimento local não é somente trabalhar com o termo de geração de trabalho e renda e abstratamente o conceito de Economia Popular Solidária. É fundamental resgatarmos como o atual modelo de desenvolvimento do sistema capitalista, baseado na exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis, garante a produção de bens sob a ótica do trabalho assalariado e, com a apropriação privada de tudo que é produzido coletivamente. É lembrar a complexidade que envolve a produção, distribuição, comercialização e consumo. Todas as cadeias produtivas atuais têm a finalidade de abastecer o mercado para a comercialização, com grande geração de “lixo”.

É também importante lembrarmos que a atual sociedade é fruto de aperfeiçoamento das relações sociais, e não fruto da natureza, portanto as coisas nem sempre foram assim. A atual forma de produção é basicamente linear, ou seja, extração de matéria-prima não renovável como o minério de ferro, feitura de mercadorias e descarte, por exemplo.

É também importante resgatar alguns conceitos elaborados pelo sistema, como obsolescências programada (3) e perceptiva(4), ou seja:

Os produtos são fabricados para durar pouco, estar na “moda” por pouco tempo, diminuindo sua vida útil e incentivando a prática do consumo compulsivo. Outra lógica importante é a produção em escala para a alimentação constante do sistema de consumo, que considera a propaganda como o canal de entrada para o consumo compulsivo. Devemos também levar em consideração o alto nível de desconhecimento da sociedade sobre a evolução das sociedades até aqui e que estamos trabalhando para a realização da humanidade para uma nova ordem social que seja justa, igualitária e fraterna, baseada nos valores da Economia Popular Solidária.

3.1. - Combatendo a pobreza

A pobreza é resultado do atual modelo de desenvolvimento, portanto uma relação historicamente humana e não uma obra do acaso. Sendo assim, consequência das relações humanas, é inevitavelmente uma questão de ideologia, que prioriza a produção de matérias-primas em detrimento do desenvolvimento local. Precisamos urgentemente garantir que os pequenos municípios, as comunidades, invertam esse modelo, garantindo que seus habitantes, prioritariamente, tenham garantidas as suas necessidades de sobrevivência.

Portanto, precisamos mudar radicalmente a forma como tratamos os modos de produção dos bens e serviços e produtos necessários à sobrevivência humana a partir da proposta de elaboração de um plano de desenvolvimento local, sustentável e solidário.

Queremos também uma infraestrutura que garanta nessas cidades a chegada do excedente da produção.

Todos nós tomamos banho, mas o sabonete que usamos normalmente é produzido em São Paulo e chega até o consumo final via distribuidoras. Por que não podemos produzir localmente o sabonete necessário para a nossa higiene pessoal? Esse exemplo vale para qualquer produto que consumimos. Por isso, é necessário que a atuação dos diversos atores e atrizes do movimento de Economia Popular Solidária discuta a urgente elaboração de planos de desenvolvimento local sustentável e solidário.



4 – Mais que um programa, precisamos de um plano de desenvolvimento local sustentável e solidário – PDLSS

Os programas apresentam certa limitação, os planos envolvem diversos segmentos, tanto da Economia Solidária quanto dos movimentos sociais com os quais dialogamos. É preciso que tenhamos clara a necessidade de que as políticas públicas em Economia Solidária sejam implementadas no que concerne à efetivação de direitos conquistados pela sociedade civil organizada. Requer também forte mobilização para a reversão do atual modelo de consumo.

A nossa forma de pensar o desenvolvimento deve levar em conta a produção, distribuição, comercialização e consumos solidários. Lembrarmos sempre que somos um movimento anticapitalista e que por isso os nossos princípios e nossas práticas pessoais são fundamentais para que possamos ter um modelo de desenvolvimento que seja perene e que se transforme em política de Estado e não apenas iniciativa de governos nas três esferas da federação.

4.1 - Qual deve ser o nosso foco ao elaborarmos um plano?

Levar em consideração que a nossa principal atuação deve ser a de erradicar a pobreza, gerando postos de trabalho permanentes e preferencialmente para aqueles e aquelas que vivam exclusivamente do que produzem coletivamente para além da complementação de renda. Pensar um plano que incorpore as diversas colaborações produzidas nas conferências nacionais da sociedade civil e, acima de tudo, produzir bens e serviços que sejam de uso constante das pessoas em cada comunidade/território.

Toda a produção deve ter como prioridade a satisfação das necessidades fundamentais da pessoa, como alimentação, moradia, cultura, higiene, vestuário, educação, saúde e transporte, devendo adotar estratégias de comercialização local.

Devemos entender que é importante a atuação em toda a cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização e descarte, criando empreendimentos econômicos solidários em todas as etapas desse ciclo, (lembrando que estamos incorporando o termo ciclos produtivos por entendermos ser o mais adequado porque propomos o modelo circular de produção).

Nosso plano deve conter todas as nossas preocupações para garantir um novo modelo de desenvolvimento: preservação ambiental, considerar a cultura local, potencialidades para produção. Em todo o ciclo produtivo, devemos trabalhar a organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), levando em consideração a permacultura, ecoprodutos, agroecologia e reciclagem. Devemos estimular pesquisas que venham

criar alternativas para a não utilização de recursos naturais não renováveis.

Em todos os ciclos produtivos possíveis, devemos trabalhar com o conceito de trabalho emancipado.

As nossas relações com os movimentos sociais devem ser de parceria, inclusive para a promoção do consumo solidário, sensibilizando para a necessidade de efetivamente contribuirmos para a construção de uma nova sociedade, colaborando para que o desenvolvimento local, sustentável e solidário seja uma realidade e para que possamos garantir a todas e a todos o direito à produção coletiva e à apropriação coletiva dos resultados, eliminando a mais-valia(6), isto é, o lucro instrumentos que colocaram o nosso planeta em risco e que definitivamente precisam ser postos em seu devido lugar. Que possamos a partir de agora dizer em alto e bom som aos cantos do mundo: somos os construtores de uma nova sociedade, sem exploradores nem explorados.

4.2 - Da Economia Popular Informal à Economia Popular Solidária

Por mais precárias que sejam as condições de vida de uma comunidade, existe produção de bens e serviços, existe uma economia. Nas comunidades, estão as famílias de agricultores, as costureiras, as bordadeiras, doceiras, salgadeiras, os carpinteiros, os artesãos e trabalhadores das novas tecnologias, cultura e toda uma legião de empreendedores(as) que, a partir de sua experiência empírica (7), dos aprendizados que tiveram na vida, com o seu trabalho, tentam construir a base material de sua existência. Essa gente, que na maioria das vezes está na mais absoluta marginalidade, pode ser classificada como praticante de Economia Popular Informal. Muitas dessas pessoas estão há mais de 30

anos na invisibilidade, lutando para sobreviver dentro de uma economia que não lhes abre espaços, que os exclui e os ignora.

Para eles não existem leis, não existem políticas, não existem espaços de comercialização, nem divulgação, nem propaganda de TV. Desvalorizados tem sido na própria comunidade onde aprenderam seu ofício. Não raro, desestimulados pelas dificuldades, abandonam seu ofício e vão em busca de outra forma de ganhar seu sustento. A Economia Popular Solidária é também um instrumento de inclusão através do trabalho e de transformação social a partir das práticas econômicas locais. Quais as principais dificuldades desses microempreendedores? Em primeiro lugar, o reconhecimento. Eles precisam ser identificados, eles precisam ser vistos, precisam falar, precisam de existência social. Muitas vezes, nem a própria comunidade os reconhece.

Para que essas pessoas saiam da invisibilidade, é necessário:

1. Visibilidade, divulgação, comunicação, do marketing, sair do anonimato.
2. Que a comunidade utilize seus serviços, consuma seus produtos.
3. Crédito para melhorar e aperfeiçoar sua produção, para adquirir matéria-prima, para crescer no seu empreendimento.
4. Acessar novos espaços de comercialização, participação nos que já existem.
5. Vender para produzir mais, circular, entrar na dinâmica da economia.
6. Cooperação, de articular, de conhecer os companheiros de ofício, para trocar experiências, para associar e vencer as adversidades.
7. Ser parte de um grupo, ser sócio, ser solidário.

5 – Consumo Final e Fluxos

O consumo final é a consumação do produto, a fruição (8) do bem ou serviço. Por exemplo, o consumo de um pedaço de bolo no café da manhã. Trata-se da etapa final ou do momento de acabamento do processo produtivo. Em se tratando do consumo de mercadorias, é precedido pelas etapas de produção, armazenagem, distribuição e comercialização. Nesse sentido, é necessário conhecer os diversos fluxos no processo de produção de bens e serviços. Segue abaixo reflexão coordenada pelo Ibase (9) sobre o tema:

O QUE SÃO FLUXOS?

A maneira mais fácil de compreendermos os fluxos é pensarmos nos rios. Todo rio flui da nascente até o mar. O que significa isso? Significa que as águas seguem um caminho definido e vão pouco a pouco se aproximando da foz. O que flui é a água. Se no meio do caminho há uma barragem, o fluxo vai somente até a barragem, que se torna um ponto de acúmulo de água. Ou seja, teremos aí um fluxo que concentra água em um ponto.

Esse exemplo mostrou o que é um fluxo de água em um rio, mas podemos expandir essa ideia para vários elementos, tanto materiais como imateriais: é possível falarmos de fluxos de dinheiro, de saberes, de energia, entre outros, e até mesmo fluxo de informação! Quando falamos de um fluxo, estamos falando da circulação de algo, do caminho e da maneira como circula.

Está complicado ainda? Vamos mostrar agora alguns exemplos de tipos de fluxos e, mais adiante, vamos tratar especificamente dos fluxos de informação.

1. Fluxos de saberes

O conhecimento não é único. Cada pessoa tem a sua história de vida e, com isso, acumula diferentes saberes. Na Economia Solidária e na Educação Popular, nós afirmamos que não existe um saber “melhor” do que o outro.

Em um empreendimento ou em uma rede, está acontecendo formação o tempo todo, seja em cursos e eventos pontuais, seja durante a própria atividade econômica. O fluxo de saberes é visível se olharmos os processos de aprendizagem no empreendimento: quem costuma ter papel de “professor”? Que tipo de saber é mais valorizado? Qual tipo de saber é menos valorizado? Quais são as fontes (escola, universidade, comunidade, cultura, etc.) consideradas mais seguras de conhecimento para o empreendimento?

Existem muitos conhecimentos que não se aprendem em momentos ou lugares específicos. Aquilo que aprendemos na família ou com pessoas da nossa comunidade também é muito importante. Muitos empreendimentos de Economia Solidária utilizam e valorizam, por exemplo, formas tradicionais de produção que passam de geração em geração.

2. Fluxos de poder

Na Economia Solidária, o princípio da autogestão é essencial, ou seja, a democracia (a possibilidade de participação de todos os integrantes do grupo) nas tomadas de decisão internas ao empreendimento ou entre empreendimentos em uma rede ou cadeia.

Se olharmos os processos de tomadas de decisão do empreendimento ou da rede, existe algum ponto (pessoa ou instância) que concentra poderes? Como o poder circula? Normalmente, quem interfere mais nas decisões políticas? Ao olhar os fluxos de poderes, é possível perceber pontos de concentração de poder?



3. Fluxos de materiais

Quando estamos trabalhando em um empreendimento, estamos todo o tempo consumindo energia, matéria-prima e água e, ao final, há o descarte de sobras, calor e água usada. Poucas vezes, paramos para observar os fluxos desses materiais: por exemplo, de onde vem a energia e o que é feito com o calor que é gerado por ela nas máquinas e na iluminação? Ou então, de onde vem a água, por onde ela passa e para onde ela vai? Quanto dela é reaproveitado no processo e quanto é descartado? Será que o que sobra da atividade de um empreendimento e é lixo pode ser matéria-prima para outro? É interessante tentar desenhar esses fluxos e ver se há pontos de concentração ou pontos de descentralização.

4. Fluxos financeiros

O fluxo financeiro permite saber por onde o dinheiro está passando, de onde vem e para onde vai. Por exemplo, cada vez que um empreendimento compra uma determinada matéria-prima, esse dinheiro vai para onde? Se é um produto de uma grande marca, vai para a grande empresa. Se é um produto da comunidade, o dinheiro vai ficar circulando na região. É muito importante olhar esses circuitos e perceber o quanto de riqueza está ficando na comunidade por conta do seu empreendimento ou da sua rede e o quanto está indo para o sistema capitalista ou para outros empreendimentos solidários.

5. Fluxos de produtos

O fluxo de produtos é parecido com o fluxo material, com a diferença que, nesse caso, estamos olhando o que acontece com o produto depois de pronto: a logística utilizada para fazer a entrega ao consumidor ou a pontos de comercialização, quais as rotas, quais os centros nos quais os produtos ficam armazenados (ou seja, pontos de concentração desse fluxo), etc.

6. Fluxos de informação

O que é informação

“Informação” é um conceito bastante utilizado, especialmente nos meios de comunicação – e mais intensamente após a II Guerra Mundial (1939 – 1945), com o advento dos computadores.

De maneira geral, a informação é um conjunto de dados que faz algum sentido ao ser recebido por uma pessoa, animal ou mesmo por máquinas de processamento.

Isso não significa que informação seja conhecimento nem que seja comunicação. Um conhecimento é resultado de reflexões e sistematização a respeito de certas informações que temos à disposição. Ou seja, só informação não basta: é preciso tirar conclusões a respeito dela a partir de nossa experiência, cultura e conhecimentos anteriores.

A comunicação também não é informação: é o conjunto de processos que permitem que informações passem de uma pessoa, animal ou máquina a outra pessoa, animal ou máquina. Ou seja, a comunicação liga sempre um ponto de partida a um destino, como se fosse uma linha de trem levando a informação de um ponto a outro.

Assim, podemos concluir primeiramente que o conhecimento é algo muito maior do que a informação. Apesar disso, vemos que o conhecimento

depende do acesso à informação e da capacidade de organizá-la. Ou seja, quando falamos de construção do conhecimento, é preciso ter acesso a informações e usar nossa mente, cultura e instrumentos para refletir a respeito delas.

Por outro lado, de nada adianta construirmos novos conhecimentos se não podemos repassá-los a outras pessoas desta ou de outras gerações. A consolidação dos conhecimentos se dá na sua incorporação em nossa cultura ou na sua sistematização para ser adotado por outras pessoas, de modo que elas não precisem “reinventar a roda”.

Vejam um exemplo simples: sabemos que estamos com fome (conhecimento) quando nosso estômago dá (comunica) certos sinais (informações). Ora, se não temos o conhecimento do nosso corpo para interpretar essas informações que recebemos, sentiremos somente um mal-estar e não seremos capazes de resolver o problema (procurar por comida). Esse exemplo é baseado no conhecimento inconsciente que trazemos em nosso íntimo como seres vivos: nossos instintos são um conjunto de conhecimentos que carregamos e nos tornam capazes de interpretar informações naturalmente. Agora vamos tomar outro exemplo: um pescador consegue saber se vale a pena pescar no dia seguinte (conhecimento) ao observar alguns fatos no dia anterior, tais como a temperatura, a umidade, o tipo de nuvens no céu e a época do ano. Esses fatos estão dando informações ao pescador, mas apenas o conhecimento permite que ele organize as informações de acordo com o que precisa saber. Esse conhecimento foi passado de geração em geração, por meio da cultura dessa comunidade.

Caderno Ibase nº 1 Fluxos e Informações na Economia Solidária Rio de Janeiro 2011



Além dos fluxos acima, é importante considerar também os fluxos econômicos. A melhor estratégia de desenvolvimento sustentável da Economia Solidária para reorganizar os fluxos econômicos visando o bem-viver de todos é **organizar Redes de Economia Solidária**. Assim é importante:

1. Diagnosticar os fluxos econômicos que permeiam os territórios e as redes. A análise dos fluxos econômicos é necessária para organizarmos a produção sob demanda, reorganizando os ciclos produtivos, promovendo o desenvolvimento sustentável em suas dimensões (econômica, ambiental, política, social, cultural, educacional, etc.).

2. Projetar o atendimento das necessidades e demandas existentes. É preciso fazer um diagnóstico de demandas de consumo (final e produtivo) e a partir dele projetar a produção, incentivando o consumo ético e solidário, integrando consumidores, comerciantes e produtores e criando estratégias de investimentos coletivos para organização e/ou reorganização de ciclos produtivos.





6 – Diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário

A seguir, há uma proposta de etapas de um processo metodológico para um Plano de Desenvolvimento Local:

Diagnóstico e mapeamento das práticas econômicas das comunidades através de visitas domiciliares e a EES, são realizadas entrevistas e promove-se a mobilização e envolvimento dos atores sociais na construção coletiva do Plano. Também há o levantamento de dados. Buscam-se os dados para monitorar indicadores, como renda, volume de vendas, situação financeira das famílias, empreendimentos, entre outros. Muitas dessas informações podem ter sido levantadas na fase do diagnóstico, nesse caso estaríamos sistematizando e complementando as informações já levantadas. O diagnóstico permite essa relação dialógica do Plano com a realidade local.

Organização dos setores produtivos mais significativos da Economia Popular Solidária: depois de realizado o diagnóstico do mapeamento, é possível compreender as tendências e vocações da Economia Popular Solidária local. Os setores mais ativos e abrangentes devem ser mobilizados e estimulados a participarem e se organizarem em grupos solidários. Nesse processo, busca-se fortalecer a autoestima, os vínculos sociais dos participantes e a capacidade e interesse por processos coletivos. Podem ser realizados intercâmbios e oficinas de formação em Economia Solidária.

Capacitação e melhoria da qualidade dos produtos: a partir da mobilização dos setores representativos da EPS, é possível identificar as principais demandas de capacitação do ponto de vista técnico-operacional, de gestão administrativa, comercialização, divulgação, trabalho associado, educação e proteção financeira, entre outros. Pode ser elaborado um Plano de Capacitação afinado com as demandas reais dos atores socioeconômicos das comunidades.

Diagnóstico do consumo de produtos e sensibilização dos potenciais consumidores da área de abrangência local: nessa etapa, deve ser realizada uma pesquisa das demandas de consumo de instituições e moradores, também o afinamento entre o que é produzido pelos empreendimentos informais com a demanda real dos principais consumidores, como escolas, creches, igrejas, comércio e indústrias locais, bem como das famílias de moradores. Nessa etapa, busca-se a adesão desses consumidores aos produtos e serviços da EPS e fazer uma sensibilização para o consumo ético e responsável.



Qualificação e adequação dos produtos nessa demanda real: a partir das informações colhidas na pesquisa da etapa anterior e junto aos grupos por setores produtivos e dentro do programa de capacitação, deve ser planejado um processo de melhoria da qualidade dos produtos, bem como sua adequação a uma demanda real dos consumidores das comunidades e no âmbito das políticas públicas.

Implementação de estratégias de comercialização nas comunidades: a partir das informações dos processos anteriores busca-se a criação de espaços e práticas de comercialização e de circulação das mercadorias e utilização dos serviços dos empreendedores envolvidos no projeto. Podem ser organizadas feiras, lojinhas comunitárias, vitrines e espaços de divulgação da produção, bem como a participação nos Programas de Compras Públicas.



Marketing e Mídia Comunitária: busca-se a divulgação dos produtos junto aos consumidores utilizando instrumentos como desenvolvimento de logomarca, placas nas residências identificando os produtos e serviços pela família, murais e letreiros, catálogos, panfletos educativos, cartazes, camisetas, serviços de auto-falante, entre outros indicados pelas formas de comunicação que funcionam localmente.

Assim teremos o seguinte passo a passo:

1. Visitar e conhecer a comunidade local.
2. Reunião com lideranças locais para organizar o seminário.
3. Seminário com a comunidade local, considerando todos os agentes locais (poder público, lideranças sindicais, associações de bairro, agentes de saúde, Empreendimento Econômico Solidário e Entidade de Apoio e Fomento...).

Objetivo do seminário:

1. Apresentar a proposta de trabalho à comunidade para que se aproprie da execução.
2. Construir o planejamento do trabalho na comunidade ou território.
3. Constituir os Grupos de Trabalhos – GTs: a criação de grupos de trabalho é um passo importante na elaboração do projeto, pois cada GT deverá apresentar um produto ao final de seu trabalho.

1. GT DE CADASTRAMENTO: Realizar o cadastramento dos trabalhadores e trabalhadoras, preferencialmente desempregados e desempregadas do município, comunidades/território para formação de empreendimentos econômicos solidários.

Produto: Cadastro

2. GT DE MAPEAMENTO: Com finalidade de fazer o levantamento dos possíveis pontos de comercialização no município e em municípios com no máximo 150 quilômetros de distância.

Produto: Mapeamento realizado

3. GT DE ARTICULAÇÃO: Organizar encontros, reuniões, seminários com os parceiros locais (prefeitura, sindicatos, igrejas, associações de moradores, movimentos sociais organizados, câmara municipal, universidades próximas, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável).

Produto: Agenda de reuniões marcadas

4. GT DE FORMAÇÃO: Organizar atividades de formação para os segmentos que se articulam com o Movimento de Economia Popular Solidária (gestores públicos, entidades de assessoria e empreendimentos econômicos solidários).

Produto: Agenda de cursos de formação

5. GT DE CICLOS PRODUTIVOS: Terá a finalidade de fazer o levantamento de ciclos produtivos locais levando em consideração o consumo produtivo com a criação de empreendimentos econômicos solidários para o fornecimento de insumos fundamentais à produção de produtos necessários.

Produto: Diagnóstico de demandas realizado

6. GT DE DIVULGAÇÃO: Pensar e elaborar um plano de divulgação do

plano de desenvolvimento local sustentável e solidário.

Produto: Plano de divulgação pronto

7. GT DE COMERCIALIZAÇÃO: Organizar, sugerir modelos de comercialização segundo os critérios do sistema nacional de comércio justo e solidário

Produto: Modelos de comercialização sugeridos a partir da realidade local

8. GT DE CULTURA: Fazer o levantamento de práticas culturais e produtos consumidos historicamente pelo município e que estejam esquecidos ou que sejam muito apreciados pela população, que podem ser reintroduzidos ou introduzidos no consumo local, a partir da criação de empreendimentos econômicos solidários.

Produto: Levantamento realizado

9. GT DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS: Terá a tarefa de elaborar o melhor modelo de finanças para o município, comunidade/território levando em consideração a realidade local

10. GT DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Produto: Projeto elaborado e encaminhado para financiadores potenciais

11. GT DE PESQUISA TECNOLÓGICA

Produto: Fazer pesquisas tecnológicas e parcerias em Economia Popular Solidária e promover a criação do núcleo tecnológico em EPS

12. GT DE MAPEAMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: Realizar levantamento de empreendimentos econômicos solidários

O prazo para que esses grupos trabalhem será discutido entre os seus participantes dos grupos pois a intensidade de trabalho é muito diferente de um grupo para outro.



1. Elaboração do Diagnóstico

1.1 - Para elaborarmos um diagnóstico eficiente e que nos dê credibilidade, precisamos envolver os segmentos locais interessados e engajados no processo, é preciso conhecer a realidade onde queremos atuar.

Levantamentos necessários para elaboração do diagnóstico:

1. Número de pessoas atendidas pelos projetos sociais (municipais, estadual ou federal)
2. Quantidade de desempregados (contendo as seguintes informações: idade, habilidades profissionais, escolaridade)
3. Lideranças e movimentos sociais que atuam no município (todas as associações, conselhos municipais de políticas públicas, lideranças religiosas, entidades de assessoria, etc.); os produtos mais consumidos pela população
4. O total de pontos de comércio do município
5. As possibilidades de comercialização local de produtos feitos por EES. (Exemplo de produtos: sabão (feito a partir do óleo doméstico e do comércio local); alimentos (pão, bolos, biscoitos), material de limpeza (detergente, água sanitária, cloro, sabonete, sabão em pó), uniformes escolares.

6. O número de escolas públicas e privadas e empresas, instituições (cooperativas populares, sindicatos, associações, ONGs, etc.) que poderão consumir produtos feitos pelos EES e o que consomem
7. O que as escolas e postos de saúde consomem (diariamente, mensalmente)
8. Equipamentos públicos (municipal e estadual, exceto escolas)
9. As diversas modalidades de esportes realizadas no bairro/região
10. Os possíveis espaços para reuniões, oficinas, seminários
11. As universidades públicas e privadas que estão perto do município
12. A possível existência de instituição de microcrédito no município ou comunidade/território
13. Obras e/ou investimentos (públicos e privados) previstos para o município

2. Criação de um Sistema de Informação

2.1 - O conjunto de políticas que será aplicado para promover o desenvolvimento local sustentável e solidário a partir da Economia Popular Solidária precisa ser frequentemente avaliado para que se possa adequar a política a novas situações, entender o impacto da política no cenário local e identificar situações de risco em alguns empreendimentos econômicos solidários.

O sistema de informações deve ser amplo e conter informações tanto sobre aspectos econômicos dos empreendimentos como sobre aspectos sociais e ambientais.

3. Elaboração do Plano a partir do diagnóstico

3.1 - Para a elaboração do Plano de DLSS, será preciso que todos os GTs tenham completado o seu trabalho. Isso feito, é muito importante a participação de todos os envolvidos em um seminário de apresentação dos resultados. Após o seminário é muito importante que seja elaborado

o PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL. Esse instrumento utiliza metodologia participativa com conceitos de educação popular.

Entre outros produtos do seminário, é necessária a apresentação de cadeias produtivas, completas ou não, para a definição de quais produtos serão produzidos, lembrando que estamos falando de produção por demanda, e não por escala.

4. Seminário de Apresentação do Plano

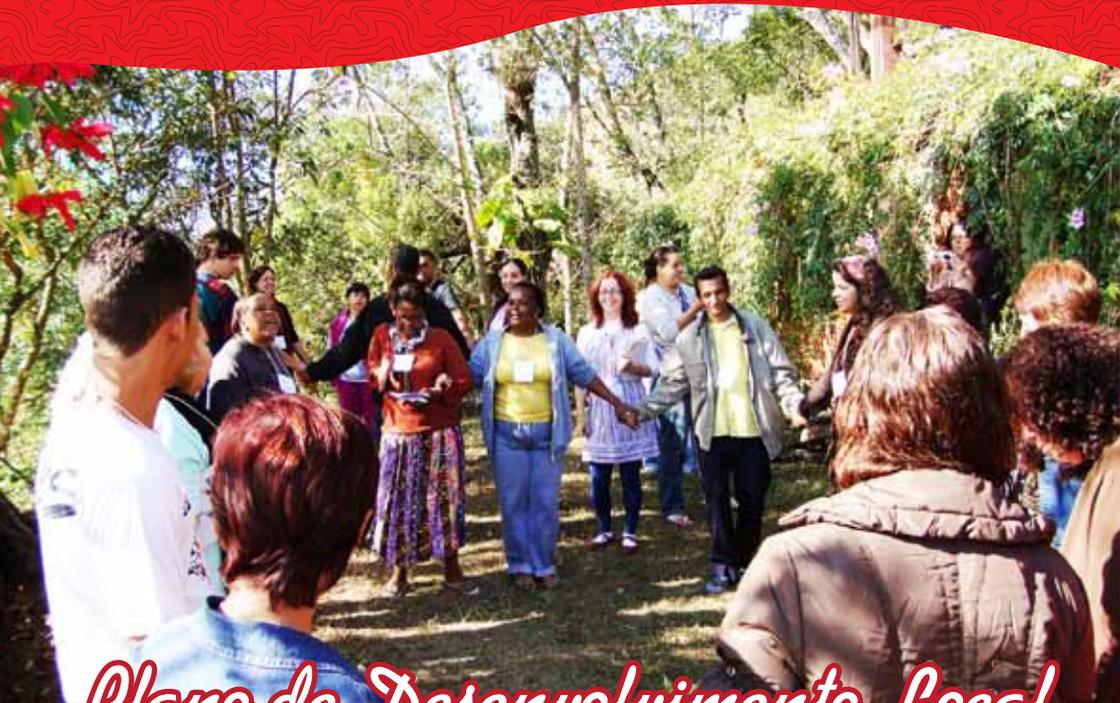
4.1 - A apresentação do plano à comunidade poderá ser feita em uma atividade aberta com a participação de todos os envolvidos no processo de elaboração do plano.

5. Implantação do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável Solidário

6. Seminários de monitoramentos, socialização das informações e avaliação processual

6.1 - Para o acompanhamento da implantação do Plano DLSS, será fundamental a criação de um fórum local de DLSS, com representantes dos segmentos que fazem parte do movimento de Economia Popular Solidária, podendo ser criado também o conselho municipal de DLSS, com representantes da sociedade civil organizada e representantes do governo municipal. Essas instâncias farão a gestão do Plano de DLSS.





Plano de Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário – PDLSS: Outra economia é necessária e urgente

Por que é importante a criação do plano?

O PDLSS surge da necessidade de definir estratégias para os territórios com populações em alto risco social. Para alcançar esse objetivo, é necessário ter claro para onde seguir. O PDLSS tem o papel de orientar as ações e mostrar como devemos seguir para chegar aonde queremos: uma sociedade verdadeiramente sustentável, com mais solidariedade, justiça e igualdade. Para isso, temos que apresentar à



sociedade qual o modelo de desenvolvimento em que acreditamos. O Plano deve ser uma construção coletiva, considerando a realidade dos territórios e deve conseguir contemplar a diversidade que é Minas Gerais, com seus 853 municípios inseridos nos mais diversos biomas, culturas e saberes locais. O Plano também deve ter o papel de denunciar o modelo imposto de fora para dentro, centrado na exploração dos recursos naturais, que acentua as desigualdades regionais e condena milhões de pessoas a pobreza e a miséria.

O Plano é uma proposta orientadora, que nivela e fortalece o Movimento de Economia Popular Solidária afim de alcançar o DLSS. É importante que o debate ocorra na base e esta deve participar ativamente de sua construção e efetivação para avançarmos no campo das políticas públicas e de direito. O primeiro passo é que parta dos Fóruns Regionais de EPS. O Plano tem de ser apropriado por todos e deve envolver outros parceiros da sociedade civil.

Estratégias e programas para implantação do DLSS

Apresentamos a seguir as estratégias, programas e projetos para elaboração de planos de desenvolvimento local sustentável e solidário para o Estado de Minas Gerais:

Estratégia	Programa	Projetos
<p>Estratégia 1: Educação e cultura.</p> <p>Essa estratégia visa trabalhar a formação permanente e a educação para o desenvolvimento de projetos que articulem com as demais estratégias com o objetivo de fortalecer o entendimento sobre os diversos temas transversais ao movimento de Economia Popular Solidária em Minas Gerais.</p>	<p>Programa 1: Educação para a EPS e DLSS.</p>	<p>Projeto 1: Educação e Consumo Justo e Solidário</p> <p>Projeto 2: Formação Tecnológica</p> <p>Projeto 3: Formação Política</p> <p>Projeto 4: Cidadania Solidária</p>

Estratégia	Programa	Projetos
<p>Estratégia 2: Produção, comercialização e consumo solidário.</p> <p>Visa desenvolver projetos de produção, distribuição, comercialização e consumo, levando em conta a produção por demanda em cada município com até cinco mil habitantes em comunidades/ territórios, considerando, com relação aos municípios, a distância máxima de 150 quilômetros de cada município e nas comunidades / territórios, observando a realidade local/territorial.</p>	<p>Programa 1: Criação de ciclos produtivos por EES EPS</p>	<p>Projeto 1: reciclagem</p> <p>Projeto 2: agricultura urbana e periurbana</p> <p>Projeto 3: agricultura familiar camponesa</p> <p>Projeto 4: serviços</p> <p>Projeto 5: elaboração de diagnósticos (fluxos)</p>
	<p>Programa 2: Agroecologia e soberania alimentar</p>	<p>Projeto 1: implantação de casas de sementes</p> <p>Projeto 2: utilização de energia renovável</p> <p>Projeto 3: acesso, regulamentação do consumo da água e ampliação de tecnologias sociais de captação, tratamento e uso</p>
	<p>Programa 3: Fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária</p>	<p>Projeto 1: elaboração de estratégias coletivas para a compra de matérias-primas</p> <p>Projeto 2: garantindo o acesso direto a recursos e políticas públicas para os EES</p> <p>Projeto 3: marcas para fortalecer e melhorar os EES e suas redes, individuais e coletivas</p>
	<p>Programa 4: Infraestrutura e apoio às redes de produção, comercialização e consumo solidários</p>	<p>Projeto 1: criação de pontos fixos de comercialização</p> <p>Projeto 2: feiras solidárias permanentes</p> <p>Projeto 3: aquisição de equipamentos necessários à produção, distribuição e comercialização dos produtos da EPS</p>

Estratégia	Programa	Projetos
<p>Estratégia 3: Políticas públicas</p> <p>Visa entender que as políticas públicas para a Economia Popular Solidária precisam levar em conta a realidade dos EES e suas formas de formalização. Devemos trabalhar para potencializar o desenvolvimento local sustentável solidário. É preciso que os executivos municipais criem direitos, a partir da necessidade social local e junto com o movimento, encaminhem a compra de produtos oferecidos pelos EES locais, além da criação de espaços públicos para o fortalecimento dessas políticas.</p>	<p>Programa 1: Finanças Solidárias para o DLSS</p>	<p>Projeto 1: marco legal (estimular a criação de leis municipais de EPS)</p> <p>Projeto 2: centros públicos municipais para o apoio à EPS</p> <p>Projeto 3: política estadual de finanças solidárias</p> <p>Projeto 4: compras públicas</p>



Estratégia	Programa	Projetos
<p>Estratégia 4: Educação e cultura.</p> <p>Visa criar formas de financiamento das diversas ações em Economia Solidária no município, comunidade/território que possam elevar o potencial local de circulação de bens e serviços necessários a uma vida digna da comunidade, com a necessária articulação com a sociedade local, para que o DLSS seja perene.</p>	<p>Programa 1: Finanças solidárias para o DLSS</p>	<p>Projeto 1: bancos comunitários de desenvolvimento</p> <p>Projeto 2: clube de trocas solidárias</p> <p>Projeto 3: fundos rotativos solidários</p>

Estratégia	Programa	Projetos
<p>Estratégia 5: Comunicação</p> <p>Visa garantir de forma eficiente o fluxo de comunicação entre os fóruns regionais e para o monitoramento continuado do desenvolvimento dos diversos projetos locais para o DLSS. Assim poderemos ter uma visão mais ampliada da aplicação desse plano onde ele for implantado.</p>	<p>Programa 1: Comunicação e mobilização popular para DLSS</p>	<p>Projeto 1: tecnologias da informação, comunicação e inclusão digital</p> <p>Projeto 2: software e DLSS</p> <p>Projeto 3: comunicação solidária local</p>

Estratégia	Programa	Projetos
<p>Estratégia 6: Fortalecimento organizativo do Movimento de EPS em Minas Gerais</p> <p>Visa fortalecer o FMEPS nas diversas instâncias de deliberação, fortalecendo os fóruns regionais e incentivando a criação de fóruns municipais, tanto nos municípios pensados no plano quanto na aplicação desse plano em cidades acima de cinco mil habitantes.</p>	<p>Programa 1: Fortalecimento da EPS</p>	<p>Projeto 1: articulação da coordenação do Fórum Mineiro</p> <p>Projeto 2: fortalecimento com autonomia financeira dos fóruns</p> <p>Projeto 3: organização dos fóruns municipais</p> <p>Projeto 4: apoio e assessoria aos fóruns</p>

Para a elaboração de projetos de DLSS, levar em considerações:

- Metodologias adequadas ao processo de viabilidade econômica, gestão e qualificação profissional.
- Metodologias que trabalhem e problematizem a realidade do trabalho, consciência de classe e a da transformação da realidade.
- Diversificação dos sistemas agrícolas e combate ao uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas.
- Assessoria técnica e extensão rural com base nos princípios do Desenvolvimento Rural Sustentável (para meio rural) e assessoria técnica para os EES lotados no meio urbano.
- A importância das feiras livres locais e regionais.
- Metodologias emancipatórias que assegurem a superação das desigualdades de gênero, orientação sexual, raça, classe e geração.

- Fortalecimento de programas públicos de aquisição de alimentos e produtos da EPS.
- Política de formação que assegure os princípios da educação popular e a pedagogia da autogestão.

Ações importantes para a efetivação do PDLSS

- Criar redes de consumidores dos produtos da EPS.
- Produzir materiais em linguagem popular para apoiar os momentos de formação e diálogos com a sociedade.
- Criar Grupos de Trabalho (GTs), tais como: formação, finanças solidárias; de produção, comercialização e consumo solidário.
- Criar e garantir logística para transporte solidário dos produtos da EPS.
- Elaborar projetos intersetoriais que potencializem a aplicação de recursos públicos.
- Divulgar e apoiar a coleta de assinaturas para a criação de lei federal da EPS.
- Incentivar trocas de serviços e trabalhos em mutirão.
- Reestruturar o Fórum Mineiro de EPS.
- Pressionar o poder público para efetivar a lei estadual da EPS.
- Formação de redes locais para o DLSS.

Relação com outros movimentos

- Fortalecer o envolvimento dos EES com as associações de moradores dos bairros.
- Melhorar articulação com outras redes de movimentos sociais.
- Estabelecer parcerias com diversos atores (governamentais ou não) para que os princípios e prática da EPS sejam pautados nos processos formativos da educação formal e não formal.
- Apoiar a luta pela reforma agrária e os direitos das populações tradicionais.

Referência Bibliográfica

- Série Trocando Ideias – cadernos 1, 2, 3 e 4 – Projeto Nacional de Comercialização, Instituto Marista de Solidariedade/IMS – DF, 2010.
- História da Sociedade – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS/SP, 2008
- Série Fluxos de Informações na Economia Solidária – cadernos 1, 2, 3 e 4 – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/Ibase – RJ, 2011.
- www.fbes.org.com (documentos disponibilizados no site do FBES, oriundos de conferências, plenárias, etc.)

Glossário

1- Permacultura: Em poucas palavras, dizemos que permacultura é um sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis. Seus princípios teóricos e práticos são uma síntese das práticas agrícolas e conhecimentos tradicionais e das descobertas da ciência moderna visando o desenvolvimento integrado da propriedade. www.trazendoluz.blogspot.com

2- Ecoproduto: Ecoprodutos ou produtos ecológicos são artigos e/ou bens de consumo elaborados sem agredir o meio ambiente e a saúde dos seres vivos, a partir do uso de matérias-primas naturais renováveis ou naturais não renováveis mas reaproveitáveis, recicladas ou que impactem o mínimo possível durante seu processo de fabricação e pós-uso.

(IDHEA – Instituto para o Desenvolvimento da Habitação Ecológica)

3- Obsolescência programada: Obsolescência programada é o nome dado à vida curta de um bem ou produto projetado de forma que sua durabilidade ou funcionamento se dê apenas por um período reduzido. A obsolescência programada faz parte de um fenômeno industrial e mercadológico surgido nos países capitalistas nas décadas de 1930 e 1940, conhecido como "descartalização". Faz parte de uma estratégia de mercado que visa garantir um consumo constante através da insatisfação, de forma que os produtos que satisfazem as necessidades daqueles que os compram parem de funcionar ou tornem-se obsoletos em um curto espaço de tempo, tendo de ser obrigatoriamente substituídos de tempos em tempos por mais modernos.

A obsolescência programada foi criada, na década de 1920, pelo então presidente da

General Motors, Alfred Sloan. Ele buscou atrair os consumidores para troca frequente de carro, tendo como apelo a mudança anual de modelos e acessórios. Bill Gates, fundador da Microsoft, também adotou essa estratégia de negócio nas atualizações do Windows.

WIKIPÉDIA

4- Obsolescência perceptiva (ou percebida)

A obsolescência perceptiva é uma forma de reduzir a vida útil dos produtos que ainda são perfeitamente funcionais e úteis. Os fabricantes lançam produtos com aparência inovadora e mais agradável, além de pequenas mudanças funcionais, dando aos produtos antigos aspecto de ultrapassados. Dessa forma, induzem o consumidor à troca [3]. Um bom exemplo é a moda, que se modifica de forma a estimular a frequente aquisição de novos modelos de roupa.

WIKIPÉDIA

5-Comunidades Tradicionais: Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007

Art. 3º- Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

6- Mais-Valia: A teoria econômica marxista procura explicar como o modo de produção capitalista propicia a acumulação contínua de capital. A resposta está na confecção das mercadorias. Elas resultam da combinação de meios de produção (ferramentas, máquina e matéria-prima) e o trabalho humano. No marxismo, a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir uma mercadoria é o que determina o seu valor. A ampliação do capital ocorre porque o trabalho produz valores superiores ao dos salários (força de trabalho). A esse diferencial Marx dá o nome de “mais-valia”, conceito fundamental de sua teoria por ser considerado a fonte dos lucros e da acumulação capitalista.

WIKIPÉDIA

7- Empírico: Em ciência, empírica é uma relação baseada somente na observação, mais do que em uma teoria. Uma relação empírica requer somente confirmação de dados, independentemente de base teórica.

WIKIPÉDIA

8- Fruição: Ter a posse, desfrutar.

WIKIPÉDIA

9- Ibase: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas



Ficha Técnica

Instituições parceiras

Minas Gerais

APJ – Aprender Produzir Juntos | Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais | Escola Sindical 7 de Outubro | Instituto Estadual Santo Dias | Pastoral Operária de Minas Gerais | O Movimento do Graal no Brasil | ITCP – Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros | UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais / NESTH – Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano | Conselho Nacional das Igrejas Cristãs de Minas Gerais (CONIC – MG) | Vicariato Episcopal para a Ação Social

Texto: Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária

Organizadoras: Roseny de Almeida, Simone Ribeiro, Carmen Regina Teixeira Gonçalves, Rizioneide Souza Amorim

Texto de Introdução: Simone Ribeiro e Roseny de Almeida

Revisão de textos: Vanice Araújo

Fotos: Arquivos CFES/SE e Coletivo Estadual de Formação

Projeto Gráfico: www.arteemmovimento.org

Coordenação de Arte: Patrícia Antunes

Impressão: Paulinelli Serviços Gráficos Ltda.

Tiragem: 5.000 exemplares



Publicado sob licença Creative Commons - alguns direitos reservados.



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciente.



USO NÃO-COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.



Realização:



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Parceria:

